

REMEMORAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO RURAL PRIMEIRO DO SUL – CAMPO DO MEIO (MG)

Kelson Serafini Lucas¹
Ana Rute do Vale²

Introdução

O presente trabalho, que é fruto de um projeto de pesquisa (iniciação científica) em andamento, pretende atuar junto à comunidade do Assentamento Rural Primeiro do Sul, no município de Campo do Meio (MG), tem como objetivos: a) resgatar a história de luta dos assentados no processo de acesso a terra no assentamento Primeiro do Sul; b) identificar a viabilidade econômica no assentamento, de forma a detectar até que ponto a produção agrícola se serve ao mercado ou ao auto-consumo das famílias, bem como a presença de outras formas de geração de renda individual ou coletiva; c) desvendar as perspectivas de futuro, com relação à permanência dos jovens no assentamento. Para tanto, utilizaremos como metodologia: a) levantamento e revisão bibliográfica; b) coleta de dados primários (Prefeitura Municipal de Campo do Meio, Bibliotecas municipais, INCRA, CUT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, jornal Estado de Minas, etc.) e secundários, por meio de aplicação de questionários semi-estruturados junto aos membros mais antigos para obter informações orais detalhadas sobre o processo de luta pela terra no assentamento Primeiro do Sul e questionário objetivo, buscando caracterizar os diversos aspectos econômicos do assentamento; c) tabulação e análise dos dados coletados e; d) redação e relatório final da pesquisa.

Iniciaremos nossa análise a partir da discussão sobre a questão agrária no Brasil e seus desdobramentos, para, em seguida, enfocarmos a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela reforma agrária, sobretudo no Estado de Minas Gerais e em sua porção sul. Isto posto, passaremos a analisar a realidade do assentamento de trabalhadores rurais Primeiro do Sul, em suas características históricas, socioeconômicas e perspectivas futuras.

¹ Discente do curso de Geografia da UNIFAL-MG. E-mail: kslmg@yahoo.com.br

² Docente do curso de Geografia da UNIFAL-MG. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

Analisando a questão agrária brasileira

Para entendermos a questão agrária no Brasil, devemos nos remeter ao conceito de concentração da propriedade fundiária que tem suas origens na colonização brasileira na qual se caracteriza desde suas origens até os nossos dias por um empreendimento mercantil e está diretamente ligado ao sistema capitalista de produção. Segundo Martins (1981, p.117), citado por Fernandes (2001, p. 19): “Já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

Prado Jr. (1987) relata que as origens da concentração fundiária e da estrutura econômica brasileira estão na colônia. E a subserviência brasileira se prolonga ainda hoje sem previsões para findar.

Apesar de seu crescimento interno, urbanização, relativa diversificação das atividades econômicas produtivas, através, principalmente do setor industrial, a estrutura econômica do Brasil continua sendo, para Prado Jr. (1987) “agromercantil”, onde se caracteriza pela intensificação do latifúndio e da monocultura, atendendo, como no passado a interesses externos.

Galeano (2007, p. 84) relata também a estreita relação entre o presente e o passado sobre a questão agrária e o latifúndio: “Da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras e financiada, em muitos casos, do exterior, provém em linha reta o latifúndio de nossos dias”.

Nesse contexto, a pequena propriedade no Brasil, segundo Prado Jr. (1987, p. 74) “fica restrita a áreas relativamente pouco extensas, que nada mais são que margens e sobras que lhe concede a grande exploração lá onde não vingou, ou sofreu algum acidente fatal”. Segundo censo agropecuário do IBGE de 2006, 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros estão dentro do perfil “estabelecimentos da agricultura familiar”, e ficam com apenas 24 % do território ocupado no campo brasileiro. Os outros 16% dos estabelecimentos ocupam 76% das terras ocupadas. É relevante ressaltar que as terras ocupadas pela agricultura camponesa estão localizadas em terrenos pouco fértil e topograficamente desfavoráveis. Portanto a pequena propriedade no Brasil fica relegada a subordinação do atual modelo de produção agrícola monocultor e latifundiário.

Entretanto, essas pequenas propriedades são necessárias ao desenvolvimento capitalista, pois elas atendem, a demandas urbanas de subsistência mais próximas. De acordo

com o censo 2006, 70% dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro são produzidos pela agricultura camponesa e apenas 30% vem das grandes propriedades, que priorizam apenas as exportações. Assim, o capital pode se dedicar exclusivamente a seu negócio no campo, recebendo subsídios do Estado, seu principal alicerce, para produção e modernização, principalmente após a década de 1970 com a “Revolução Verde” com suas inovações técnicas.

Os investimentos nas pequenas propriedades por parte do Estado é, portanto irrisório e quando ocorrem são demasiados na burocracia ou nas altas taxas de juros, impossibilitando ao pequeno produtor a sua aquisição. Segundo o último censo agropecuário de 2006, a agricultura camponesa utiliza apenas 14% do crédito disponibilizado pelos bancos, já o agronegócio utiliza 86% do total. O capital é representado principalmente por articulações superiores, Oliveira (1991), nos esclarece essa relação entre os donos do poder.

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade na diversidade. O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

Diante dessa realidade, fica clara a necessidade de reforma agrária e esse é o objetivo geral de um dos movimentos de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que se busca é, principalmente, a desconcentração fundiária e democratização do acesso à terra através da desapropriação, em benefício dos camponeses e operários em detrimento dos latifundiários. É interessante ressaltar que muitos países centrais realizaram a reforma agrária como forma de aumentar seu mercado de consumo, permitindo assim o acúmulo da mais valia, necessária ao crescimento da indústria. Apesar disso, este não caracteriza o objetivo do MST, que visa um projeto maior de sociedade, mas nos dá a idéia de que a reforma agrária não é uma característica exclusivamente socialista.

Segundo Sampaio; Prado G. Filho (1999), citado por ÁVILA (1999, p. 24), as funções da reforma agrária são:

- redistribuir renda, riqueza e poder no campo, de modo a criar um clima sócio-econômico e cultural propício ao desenvolvimento equilibrado da exploração dos recursos agrícolas e florestais do país;
- criar escassez relativa de força de trabalho em toda a economia, a fim de forçar aumentos de remuneração dos assalariados;

- aumentar exponencialmente a produção de alimentos, a fim de sustentar uma demanda várias vezes superior à atual – resultado automático de um processo efetivo de distribuição de renda;
- viabilizar a agricultura familiar, mediante formação de assentamentos e apoio técnico, financeiro e comercial (preços) às milhões de unidades familiares já existentes.

A reforma agrária atualmente apregoada por setores da mídia e pelo governo na verdade é, de acordo com Fernandes (2001), concentração fundiária, pois paga-se pela terra 'desapropriada' um valor em geral supervalorizado, possibilitando ao antigo proprietário a compra de outra propriedade ainda maior. Segundo o autor o conceito de reforma agrária hoje esta banalizado.

Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda: ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária”. (FERNANDES, 2001, p. 21).

Obviamente esses princípios batem de frente com o atual sistema econômico e de governo capitalista, que adota medidas neoliberais, beneficiando somente uma pequena parcela da sociedade que é a burguesia e as grandes corporações internacionais. Além disso, é necessário questionar o próprio modelo de produção, a saber, que categoria de indivíduos, e em que proporções, essa produção vai beneficiar?

O modelo de produção brasileiro destina sua matéria prima de bens primários (minério, monocultura etc.) à exportação, transformando-os em commodities, que são negociados antes mesmo de se produzir. No caso da monocultura, um de seus produtos, a soja, destina-se principalmente a Europa e a China, principais compradores, a fim de enriquecer de proteína a ração de seus animais de corte confinados em grande escala. Enquanto isso, grande parcela de brasileiros ainda migram para os grandes centros, empurrados pela concentração fundiária que assola nossa sociedade, trazendo pobreza e miséria. Do outro lado temos a importação de produtos industrializados, com maior valor agregado, o que provoca um déficit na balança comercial.

A constituição de assentamentos de trabalhadores rurais no Brasil se deu a partir de lutas e pressão dos trabalhadores rurais sem terra, resistindo aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. Fernandes (2001, p. 18) argumenta, então, que:

A existência de milhares de assentamentos é muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores e não somente de políticas do governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como protagonista do processo, mas é sim o reconhecimento de uma realidade que o tem insistido em negar. É exatamente por admitir essa realidade que o governo iniciou uma série de medidas de desmantelamento do projeto dos sem-terra. E criou seu projeto, que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a judicialização da luta pela reforma agrária. [...]

O MST e a luta pela terra em Minas Gerais

No caso do Estado de Minas Gerais, o processo histórico de constituição do espaço agrário se deu a partir do desenvolvimento de uma atividade agropecuária que teve uma função muito mais voltada para o atendimento do mercado interno - presença dos complexos mineradores - que do externo, utilizando tanto da força de trabalho escrava como camponesa. Os grandes proprietários, procurando diminuir os custos com os escravos, passaram a conceder-lhes terras para que os mesmos pudessem se auto-sustentar. Além dos escravos, os camponeses também recebiam essas terras que, segundo Ávila (1999, p. 28), era uma forma de exercer o controle sobre esses trabalhadores “não durante o processo produtivo, mas pelo monopólio do produto do trabalho camponês, do qual extraíam ganhos de comercialização (que proporcionavam, aos grandes proprietários, também desta forma, a renda da terra)”. Além disso, esses camponeses representavam uma força militar, nos casos de conflitos com outros proprietários, bem como “currais eleitorais”, para a manutenção do forte poder de barganha e força política dos grandes proprietários.

Entretanto, a produção camponesa permanece como a principal fonte de alimentos básicos somente até a década de 1960, quando o processo de modernização agrícola atinge as áreas rurais de Minas. A partir de então, intensifica-se a concentração da propriedade fundiária no estado, sobretudo, no período entre 1970 e 1980, quando ocorre a concessão de subsídios e incentivos fiscais. A terra transforma-se em mercadoria (terra-capital), levando não apenas à valorização de seu preço, mas também à concentração fundiária e ao aceleramento da eliminação dos pequenos produtores camponeses da mesma, fato que se mantém até os dias atuais.

Diante desse quadro, não há como negar a necessidade da reforma agrária em Minas Gerais, desde 1996, vem crescendo as articulações no sentido de propiciar novos Projetos de

Assentamentos (PA's). Para tanto, foi criado pelo Governo Federal o Ministério Extraordinário de Política Fundiária que, por meio da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) procura agilizar esse processo. É importante mencionar, no entanto, que a implantação dos PA's no estado, ocorreu, em especial, nas áreas de conflito no campo, onde os trabalhadores sem-terra já haviam ocupado terras, sobretudo no norte do estado. Atualmente há 218 assentamentos em Minas Gerais, nos quais vivem mais de 13 mil famílias.

A situação no Sul de Minas e a implantação do assentamento Primeiro do Sul

Mais especificamente no sul do estado, a luta pela reforma agrária teve início com uma articulação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que culminou na formação, em 1998, do Assentamento Primeiro do Sul, na antiga Fazenda Jatobá. O assentamento localiza-se a margem esquerda do rio Grande, no município de Campo do Meio (MG), em terreno topograficamente marcado por morros de altura mediana, entrecortado por dois vales, onde correm os dois principais córregos que drenam a área, além de solos férteis e uma área contingente com cerca de 35% da área total coberta por vegetação nativa e secundária de mata atlântica. Na sua porção oriental, é banhado pela represa de Furnas, que limita os municípios de Campo do Meio e Carmo da Cachoeira. O acesso se dá por meio de estrada vicinal de terra cascalhada a cerca de 8 km da zona urbana de Campo do Meio. O projeto de divisão dos lotes foi determinado para 40 famílias com de lotes de 15 hectares em média, de um total de 864 hectares. Porém, atualmente, o assentamento abriga 48 famílias, pois os filhos de assentados que se casaram, continuaram na terra, porém nos lotes de seus pais. Recebeu a denominação de Primeiro do Sul por ser o primeiro grupo de trabalhadores rurais vinculados ao MST a concluir as negociações com o INCRA e a conquistar a posse da terra na mesorregião geográfica Sul de Minas Gerais (Figura 1).

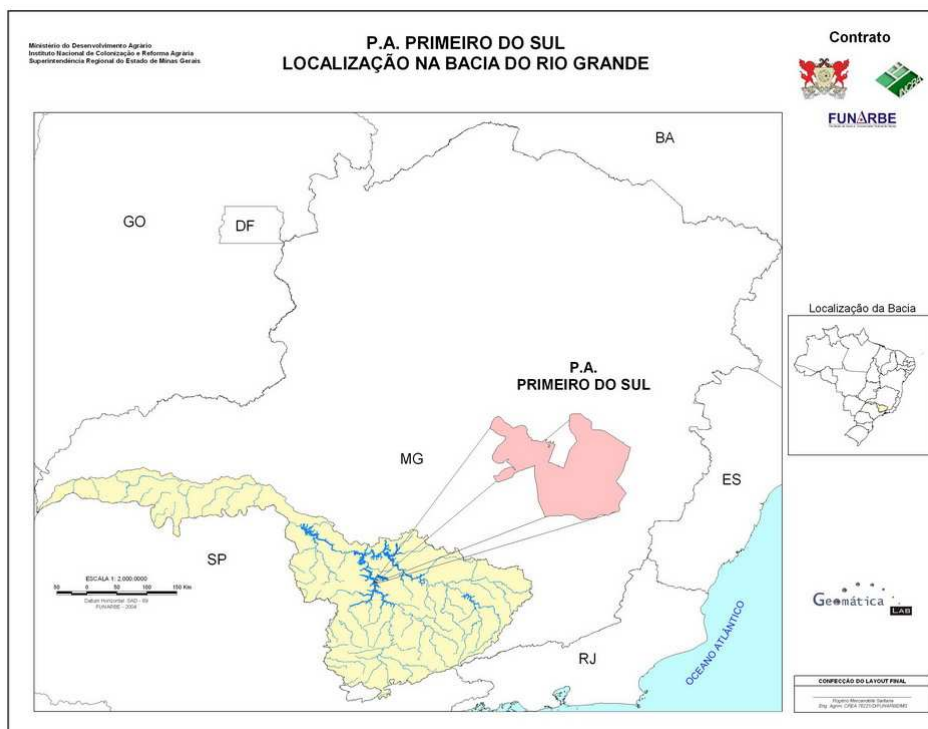


Figura 1: Localização do Assentamento Primeiro do Sul na Bacia do Rio Grande – Campo do Meio (MG).

Fonte: www.assentamentos.com.br

Para entendermos o contexto de luta pela terra no primeiro Projeto de Assentamento Rural (PA) do Sul de Minas, denominado “Primeiro do Sul”, na antiga Fazenda Jatobá, temos que ter em mente a relação entre a ocupação da fazenda em 18 de novembro de 1996 e a última greve dos trabalhadores da antiga usina de álcool Ariadnópolis em 02 de outubro de 1995. A exploração dos trabalhadores da antiga usina vem de tempos mais remotos, uma das constatações é que antes da grande greve de 1995, houve outra manifestação por melhores condições de trabalho e salário digno no ano de 1992, onde as mulheres paralisaram suas atividades durante 2 dias, mas por falta de articulação a greve não foi adiante.

Já no ano de 1995 houve uma grande greve geral na usina Ariadnópolis que foi articulada pelo STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Campo do Meio (MG) estendendo-se por cerca de 100 dias, naquele momento os funcionários já não recebiam seus vencimentos há quatro meses, além dos demais direitos trabalhistas. Posteriormente a usina entrou em processo pré-falimentar e a dívida com seus ex-funcionários se estende até os dias atuais. Na situação, os funcionários se organizaram e ficaram acampados em uma pequena colônia no interior da usina durante dois meses. Com a chegada das festas de final de ano, a

ocupação foi suspensa, mas a greve continuou. A partir daí foi marcado uma reunião para o mês de janeiro, continuando assim as articulações. Nesse intervalo o Sindicato de Campo do Meio, que tinha relações com outros sindicatos da região como Alfenas, Coqueiral, Guapé, Paraguaçu, Santana da Vargem, Varginha, dentre outros, entrou em contato com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Belo Horizonte que passaram a apoiar a greve e também atuar nas reuniões com os trabalhadores. Cabe ressaltar que, nessa época, a luta pela reforma agrária no Sul de Minas não era efetivamente organizada, ou seja, não havia mediadores e articuladores atuantes.

As reuniões estavam caminhando na iniciativa de ocupar a área da usina Ariadnópolis no intuito de que as dívidas com os trabalhadores fossem equivalentes a uma parte das terras, já que a mesma encontrava-se em processo de falência. Foi então que em uma das reuniões, alguns grevistas que haviam trabalhado na Fazenda Jatobá, área contígua à usina, relataram que a mesma encontrava-se abandonada há mais de 4 anos. Os representantes da CUT vistoriaram a área e detectaram sua improdutividade. Nesse período fizeram contato com membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Vale do Rio Doce, que também passaram a atuar no Sul de Minas. Em consultas junto aos respectivos órgãos representativos detectaram que a fazenda Jatobá já estava em processo de leilão para quitação de suas dívidas, uma vez que seu proprietário não estava em dia com os tributos regulamentados pelo governo e possuía um alto débito com o Banco do Brasil, e, portanto mais passível de Reforma Agrária do que a área da usina Ariadnópolis.

Foi então que com o apoio e a coordenação do MST parte dos funcionários em greve, além de famílias advindas de outras regiões do estado, totalizando cerca de 50 famílias, ocuparam a Fazenda Jatobá em 18 de novembro de 1996. A fazenda acabou sendo posteriormente desapropriada em 06 de maio de 1997 (data da imissão de posse) pelo governo federal mediante ao pagamento de indenização e transformada no que hoje é o assentamento Primeiro do Sul.

Inicialmente, chegaram à terra cerca de 50 famílias, além das de Campo do Meio, participaram também trabalhadores oriundos de vários municípios do Sul de Minas (Santana da Vargem, São Sebastião do Paraíso e Campos Gerais) e do Norte de Minas (Porteirinha, Minas Novas e Novo Cruzeiro), resultado das articulações entre os STR Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além do trabalho de base feito pelo MST em outras regiões do estado. A maioria deles, trabalhadores volantes, que se empregavam no Sul de Minas nas lavouras de

café, sobretudo, nos períodos de colheita, buscando ampliar a renda familiar. Dessa forma, a oportunidade de ter acesso à terra, fez com que muitos fixassem residência definitivamente na região. De um modo geral, as famílias que participaram do processo de ocupação da Fazenda Jatobá, têm uma trajetória semelhante, como trabalhadores volantes explorados pela agricultura capitalizada e moderna da região.

Porém, nem todas as famílias ficaram assentadas no local. No decorrer da ocupação algumas famílias foram desistindo gradativamente, principalmente aquelas de Campo do Meio, que foram coagidas pela opinião pública da cidade que ainda não tinha consciência da luta pela terra e a Reforma Agrária, portanto foram contra a ocupação. Desistiram também devido a negação de apoio por parte da prefeitura municipal. Outro fator que acarretou desistência foi o de algumas famílias não terem o hábito de trabalhar com a terra ou mesmo por não se adequar à política do movimento. Portanto, das famílias de Campo do Meio que participaram da ocupação, apenas 7 foram assentadas e continuam morando no local.

A ocupação ocorreu sem nenhuma reação ou confronto com o antigo proprietário. Porém, após vários meses do início da ocupação o mesmo entrou com um pedido judicial de reintegração de posse, mas o imóvel já estava em leilão pelo Banco do Brasil e o INCRA providenciado o pedido de desapropriação.

Próximo à área em que se encontrava a sede da fazenda existia uma colônia dotada de infra-estrutura, o que permitiu que as famílias ocupassem as casas já construídas em vez de construírem barracos de lona. Posteriormente a estrutura serviu inclusive para o armazenamento de produtos agrícolas, caracterizando o que hoje é a agrovila. Os moradores que obtiveram residência na agrovila receberam lote menor em relação àqueles que tiveram que construir suas próprias casas. A maior parte das casas construídas fora da agrovila caracterizam-se pela autoconstrução, realizada por meio de mutirões entre as famílias dos assentados.

A partir do ano de 2007, um convênio firmado com o INCRA possibilitou a implantação de rede elétrica e a perfuração de três poços artesianos no assentamento. No período anterior, apenas a agrovila dispunha destes tipos de infra-estrutura, ao passo que os demais utilizavam lamparinas, lampiões e recolhiam água em minas. Ainda hoje não existe coleta apropriada de esgoto, inclusive na agrovila, que é lançado *in natura* no solo.

Além dos lotes destinados às famílias, o assentamento conta também com sete áreas de reserva de mata nativa ou secundária, que perfazem 269 hectares. Tais áreas encontram-se nas

encostas e há o consenso entre os moradores de não praticar a caça ou desmatar a floresta. Existe, ainda, uma área coletiva de pastagem, de 32 hectares, onde praticam a pecuária bovina.

Todavia, sabemos que não apenas esse passado de luta é suficiente para vencer as dificuldades enfrentadas pelos assentados, tanto em termos de organização interna – especialmente o trabalho coletivo e as divergências pessoais -, como de produção e comercialização agrícola. Nesse último caso, os problemas enfrentados chegam a ser maiores que os da agricultura familiar em geral, uma vez que também são vítimas de preconceito social e até mesmo excluídos das políticas agrícolas.

As famílias do PA Primeiro do Sul produzem individualmente e basicamente dedicam-se às atividades agropecuárias, com destaque a cafeicultura, sendo as colheitas feitas em mutirões, principalmente as culturas que necessitam de colheita em curtos períodos. A produção é variada (arroz, café, criação de animais como galinhas, porcos e gado feijão, mandioca, milho etc.), mas o assentamento está inserido num contexto regional de produção cafeeira, sendo o café, portanto o principal produto cultivado pelas famílias. Os demais produtos são cultivados para o sustento da família, sendo o excedente vendido diretamente à população da cidade de Campo do Meio e cidades vizinhas. O café é cultivado nas partes mais altas das encostas, em sistema de rodízio com outras espécies vegetais, notadamente a bananeira, para proteger o cafezal das eventuais geadas, milho, feijão, mamão, dentre outros. Nos quintais das residências, é comum encontrar hortas ou pomares, onde são plantadas verduras, legumes, cítricos, algodão, milho, dentre outros.

A pecuária também é praticada com fins de subsistência. Cria-se principalmente gado leiteiro, mas também porcos e galinhas. Nos córregos e na represa, pratica-se a pesca, que, segundo alguns moradores, é abundante e variada.

Nas observações feitas no PA Primeiro do Sul, foi possível detectar a viabilidade econômica do assentamento que além de gerar renda, emprega mão-de-obra direta e indireta. Comparado com as propriedades vizinhas e da região tem significativa importância na economia e não se distancia do contexto nacional, onde 7 de cada 10 empregos no campo são gerados pela agricultura camponesa.

Com relação às perspectivas dos jovens pudemos observar preliminarmente que a ausência de uma escola dentro do assentamento e a locomoção dos estudantes para serem educados formalmente numa escola da zona urbana os conduz a uma homogeneização

cultural sob o ponto de vista ideológico urbano-capitalista, impedindo que as crianças e jovens recebam uma educação escolar contextualizada ao seu cotidiano camponês. Além disso, detectamos também que a falta de incentivos governamentais, presenciados pelos jovens em sua família os deixam incrédulos com relação à permanência no campo.

Atualmente, na área contígua ao Assentamento Primeiro do Sul, onde se localiza a usina Ariadnópolis com cerca de 5000 hectares existe vários acampamentos do MST, que desde 1998 estão acampados em barracos de lona e já sofreram vários despejos.

Considerações finais

Os relatos e resultados acima descritos são ainda preliminares e continuarão sendo investigados, de forma que contribuam com a pesquisa sobre a questão agrária no contexto da luta pela terra e da geografia em geral no Sul de Minas Gerais. Porém uma das constatações observadas foi a intencionalidade dos assentados em desmistificar os pré-conceitos ideologicamente construídos pela mídia burguesa, fato já relatado em trabalho anterior (VALE; LOURENÇO; LUCAS, 2009). O contato com os assentados do Primeiro do Sul nos fez perceber também que a luta não pode finalizar na conquista da terra que é apenas uma das etapas do processo e que ao se tornar assentado é necessário continuar lutando por condições dignas no campo, além de ser solidários com os companheiros que ainda estão acampados às margens das estradas ou nos mais diversos latifúndios brasileiros.

O significado da conquista da terra se tornou latente nas conversas com os assentados, caracterizado pela conquista da liberdade, onde o camponês deixa de produzir para o patrão sendo subordinado a ele e passa produzir para seu benefício e de sua família.

Referência bibliográfica

- ÁVILA, R. V. **A viabilidade econômica da reforma agrária em Minas Gerais**. 1999. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: gipaf.cnpqia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/avila99.pdf. Acesso em 13/10/2008.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 46ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. **Espaço e Geografia**.

Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UnB, n.1, Jan.-Jun. /2001, p. 7-24.

FERREIRA NETO, J. A.; RAMOS, M. M. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do projeto final de assentamento (PFA) do PA 1º do Sul**, no município de Campo do Meio, MG Continuação Ano Descrição Doc. n.o . 2005. (Relatório de pesquisa).

INCRA/MG, Projeto Lumiar. **A Produção Agropecuária dos Projetos de Assentamento Atendidos Pelo Projeto Lumiar em Minas Gerais**, Abril de 1999.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VALE, A. R.; LOURENÇO, A. R. ; LUCAS, K. S . **Projeto de extensão Biblioteca popular: Resgate Histórico e Espaço de Diálogos**. In: Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. São Paulo: FFLCH-USP, 2009. p. 01-18.